

Dornelles e a dívida

O novo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, prepara-se para retomar as conversações com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos credores, logo após a posse, sabendo que o País tem pouca chance de mudar imediatamente o modelo de rolagem da dívida de US\$ 104,8 bilhões: os credores não aceitarão facilmente a idéia de incluir os pagamentos anuais de Cr\$ 11 bilhões de juros no pacote a ser refinanciado, e o Governo Tancredo será tentado a aceitar uma rolagem parcial — incluindo apenas as amortizações — para ter a necessária folga cambial ao longo dos próximos anos.

Este tipo de previsão vem sendo feito por especialistas que acompanharam as sucessivas rodadas de negociação da dívida brasileira desde 1982, com uma advertência: se o Congresso não reagir, impondo alterações substanciais nas relações com os credores e com os demais países devedores, o ministério econômico da Nova República corre o risco de manter a essência das negociações conduzidas pelo atual governo. Com isso, o resultado será a transferência ao sucessor de Tancredo Neves da enorme concentração de pagamentos externos que se está recebendo da Administração Figueiredo.

Seria a maneira mais simples de ter tranqüilidade no front externo para tentar combater os problemas internos da economia. Só que da maneira errada, pois a origem da inflação no rumo dos 230% e do desemprego aliado à recessão não é outra senão o endividamento externo, que obrigou um País subdesenvolvido a se converter em grande exportador de capitais. Para pagar anualmente os juros o Brasil terá que manter o enfoque exportador na economia, com todas as conseqüências internas. Como se não bastasse a vergonhosa exploração das riquezas minerais — agora transportadas em ferrovia pela selva até terminais de embarque — o Brasil da Nova República teria que continuar a luta por crescentes exportações de grãos e manufaturados sem a contrapartida das importações, com o único fim de gerar dólares.

Ao serem transformados em cruzeiros junto aos exportadores, os crescentes superávits comerciais — US\$ 13 bilhões no ano passado, US\$ 12,9 bilhões previstos para este ano e provavelmente outro tanto em 1986 — resultam inevitavelmente em mais moeda em circulação, que exige a colocação de títulos da dívida pública interna para não explodir com a inflação todo mês. E assim vai continuar quase impossível combater o déficit público e a inflação brasileira, caso não se consiga incluir os juros na próxima renegociação.

Por mais que as Oposições já tenham denunciado os acordos anteriores com os bancos e com o FMI, fica difícil esperar que se consiga algum resultado diferente. A própria Comissão do Plano de Ação do Governo recomendou ao presidente eleito a inclusão dos juros, que poderiam ser “capitalizados” durante os próximos anos. Mas agora, com a composição final da área econômica, estas propostas podem não sair do papel. No máximo, o País obteria condições menos draconianas para continuar rolando as amortizações — e assim a concentração de pagamentos dos próximos três anos seria empurrada para o sucessor de Tancredo.